Uma percepção da migração de venezuelanos para o Brasil e seus reflexos no campo social para Boa Vista/RR

Antônio Oliveira Carvalho Filho* Vítor Moreira Aguiar Gomes** Washington Rodrigues da Silva***

Introdução

América do Sul vive um cenário de migração que chama a atenção. Trata-se da emigração de venezuelanos a partir de 2015, decorrente da maior crise da história da Venezuela, o que resultou no êxodo em massa para fugir dessa grave crise política, socioeconômica e ausência de cuidados no setor de saúde. Nesse contexto, o Brasil tem recebido milhares de refugiados venezuelanos, que, em sua grande maioria, adentram o território nacional pela fronteira com o Estado de Roraima em busca de melhores condições de vida ou mesmo para escapar da fome (GARCÍA; ABURTO, 2019; LIMA, 2018 apud ARRUDA-BARBO-SA; SALES; SOUZA, 2020).

A República Bolivariana da Venezuela está localizada na porção norte da América do Sul. É banhada pelo mar do Caribe a norte, faz fronteira com a Guiana a leste, Brasil a sul e Colômbia a oeste. Possui, segundo a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), cerca de 15% de sua massa terrestre em áreas de parques nacionais. A Venezuela possui vastos campos de petróleo, gás natural, minério de ferro, ouro, bauxita e diamantes (OPEP, 2022).

Diante de tantas riquezas, sem uma análise mais profunda, pode parecer contraditória ou incoerente a existência de um processo de emigração massiva. No caso venezuelano, trata-se de uma combinação de falta de acesso a recursos básicos, elevada inflação e instabilidade política, especialmente a partir de 2015.

Vários países sul-americanos receberam massas de migrantes venezuelanos no período em pauta, com destaque para os fronteiriços Colômbia e Brasil, além dos não lindeiros Equador, Argentina e Chile.

Sob a ótica brasileira, tem-se Boa Vista, a única capital estadual completamente localizada no hemisfério norte e a mais próxima da Venezuela. Além disso, é acessível pela rodovia BR-174, o que por si já é um facilitador. A capital roraimense tem o forte da sua economia relacionada ao setor de serviços, com significativa participação na renda gerada por funcionários públicos. Pelas razões apresentadas, Boa Vista foi uma das cidades que mais recebeu imigrantes, ocasionando impactos sociais.

^{*} Maj Inf (AMAN/2004, EsAO/2013). Atualmente, é aluno da ECEME.

^{**}Maj Art (AMAN/2004, EsAO/2013, CEP/2018). Foi instrutor na EsFCEx (2008-2010), na EsACosAAe (2019-2021) e na Escuela de las Armas/EDA (2016), no Exército Argentino. Atualmente, é aluno da ECEME.

^{***}Maj Com (AMAN/2004, EsAO/2012, EsCom/2014, CIGE/2015). Foi instrutor no CPOR/R (2008-2011), na Escuela de las Armas/EDA (2016), no Exército Argentino e na EsCom (2018-2020). Mestre em Economia pela Universidade de Brasília/2018. Atualmente, é aluno da ECEME.

Considerações metodológicas

Quanto aos aspectos metodológicos, foi utilizada a pesquisa descritiva, com base em fontes bibliográficas e documentais. Para a busca e coleta de dados, utilizaram-se fontes secundárias, disponíveis na internet, em língua portuguesa e espanhola.

A delimitação temporal deste estudo é de 2010 a 2022, sendo comparados os aspectos sociais de Boa Vista/RR de 2010 a 2016 com 2017 a 2022, permitindo verificar as similitudes e diferenças vivenciadas na cidade.

O ano de 2016 foi tratado como divisor entre os períodos analisados. Foi nesse ano que houve o início do grande fluxo migratório venezuelano para o Brasil. Da mesma forma, em 2017 houve a mudança na legislação migratória brasileira, marcando o início do segundo período analisado.

Desenvolvimento

A situação venezuelana

Ao verificar a atual situação vivida naquele país, é possível que não se tenha a percepção exata de quanto a população venezuelana sofreu com a redução de sua qualidade de vida nos últimos anos. A Venezuela é possuidora de grandes riquezas naturais com elevado valor no mercado internacional. Sua comercialização ao longo do tempo permitiu a entrada de divisas que elevaram o poder de compra da população e, consequentemente, da sua qualidade de vida.

Franchi (2019, p. 3) destaca que a Venezuela "possui quase um quarto das reservas de petróleo do mundo, estimadas em 302 bilhões de barris, o que a torna a maior detentora das reservas conhecidas do mundo". Tal abundância, segundo Franchi (2019, p. 4), permitiu que, a partir da década de 1970, o país passasse a

importar gêneros alimentícios, reduzindo progressivamente sua produção rural e sua indústria alimentícia como um todo.

A Venezuela apresenta forte dependência econômica do setor petrolífero. Cerca de 99% de suas exportações são relacionadas a esse campo (OPEP, 2022). Dessa forma, os impactos no mercado de hidrocarbonetos criam repercussões com grande intensidade no país.

A incapacidade de produção local de alimentos era compensada pelo elevado valor do petróleo. A partir da segunda década dos anos 2000, no entanto, ocorreu a queda do preço do petróleo no mercado internacional. Isso fez a Venezuela perder seu poder aquisitivo para importar produtos, o que a impossibilitou de suprir as demandas do consumo interno, criando-se, assim, a falta de gêneros básicos no comércio, que se caracteriza como um dos principais motivos para seus cidadãos saírem do país (FRANCHI, 2019, p. 4).

Além da indisponibilidade de alimentos, Álvarez (2018, p. 143) aponta mais três motivos relevantes para saída de venezuelanos do país: a falta de medicamentos; elevada inflação, que chegou a 13.000% em 2018; e a elevação da violência, com aumento significativo de homicídios, com 22.661 mortes estimadas em 2017, o que produz uma taxa de 92,29 para cada 100 mil habitantes, tornando a Venezuela o país sem guerra com a maior taxa de homicídios do mundo naquele ano.

A crise social vivenciada na Venezuela, segundo Franchi (2019), decorreu da ampliação da insegurança interna, aumento de assassinatos, surgimento de grupos de autodefesa, sucessivas crises econômicas e políticas, além da falta de alimentos e remédios, o que contribuiu para a crescente saída de cidadãos do país.

A situação de miséria na Venezuela chama a atenção por se encontrar em valores elevadíssimos. A **figura 1** mostra os níveis de pobreza do país. Pode-se observar que, em 2021, 94% da população viviam em situação de pobreza e 77% desse total viviam em situação de pobreza extrema. Tais dados permitem ter uma visão panorâmica da situação social venezuelana.



Figura 1 – Percentual da população venezuelana em situação de pobreza extrema em 2021

Fonte: IIES, 2021

Diante de números tão alarmantes, é razoável perceber a existência de suficientes fatores de repulsão no país para iniciar a migração em massa vivida pelos venezuelanos.

Um movimento migratório sem precedentes

Ao analisar os dados dos relatórios do Ministério da Justiça intitulados "Refúgio em Números", pode-se verificar como mudou o perfil de imigrantes no Brasil. Entre 2010 e março de 2016, houve 1.629 solicitações realizadas por venezuelanos para reconhecimento da condição de refugiado (BRASIL, 2016), como pode ser constatado no **gráfico 1**.

Os solicitantes venezuelanos representavam uma média de pouco mais de 320 pedidos por ano. Nesse período, a maior parcela de solicitações era de haitianos, sobretudo pela existência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que contava com grande efetivo de tropas brasileiras, além do comando da missão, criando um fator de atratividade para os haitianos.

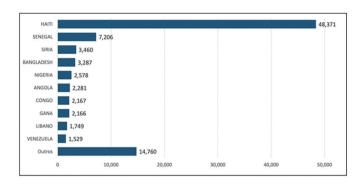


Gráfico 1 – Solicitações de refúgio entre 2010 e 20 de março de 2016 Fonte: BRASIL, 2016

Em 2016, houve o início do forte movimento migratório de venezuelanos para o Brasil, com o número de solicitações de refúgio saltando para 3.375, o que representa mais do que o dobro dos cinco anos anteriores somados (BRASIL, 2017). Como consequência desse avanço repentino, o Conselho Nacional de Imigração aprovou a Resolução Normativa nº 126, de 2 de março de 2017, que trata da

concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço, com o objetivo de estabelecer políticas migratórias que garantam o respeito integral aos direitos humanos dos migrantes e seu pleno acesso à justiça, à educação e à saúde. (BRASIL, 2017)

Nas edições posteriores do "Refúgio em Números", pode-se facilmente identificar o crescimento das solicitações venezuelanas, que saltaram para 173.500 pedidos de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil entre os anos de 2017 e 2021 (BRASIL, 2018; BRASIL, 2019; SILVA et al., 2020; SILVA et al., 2021; JUNGER et al., 2022) e pode ser observado no **gráfico 2.**

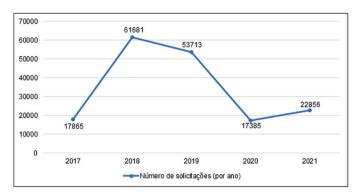


Gráfico 2 – Número de venezuelanos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil entre 2017 e 2021 Fonte: BRASIL, 2018; BRASIL, 2019; SILVA *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2021; JUNGER *et al.*, 2022 (tabulado pelos autores)

Significativa parcela dos solicitantes de refúgio buscaram residir ou foram direcionados para as variadas regiões e estados do Brasil. Isso pode ser confirmado por dados da Casa Civil, que indicam que, "desde abril de 2018, mais de 80 mil venezuelanos foram interiorizados para 858 municípios brasileiros" (BRASIL, 2022). Tal processo de interiorização foi viabilizado pela ação governamental denominada Operação Acolhida.

O que atualmente aparenta ser uma situação controlada pode não refletir os impactos que Boa Vista enfrentou com fluxo tão elevado de migrantes. A proximidade geográfica da capital roraimense em relação à Venezuela é aspecto relevante e certamente influenciou na decisão dos migrantes sobre qual destino escolher para começar uma nova vida.

Em 2017, antes da ativação da Operação Acolhida, a cidade de Boa Vista deparou-se com a chegada massiva de venezuelanos, excedendo significativamente sua capacidade. Problemas sociais rapidamente vieram à tona: serviços, como atendimentos médico-hospitalares, foram sobrecarregados; praças passaram a abrigar pessoas sem teto e o aumento de situações de vulnerabilidade social tornaram-se comuns.

Perfil sociodemográfico de Boa Vista/RR

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo de 2010, Boa Vista contava com população de 284.313 habitantes (IBGE, 2022a). Dentre as capitais brasileiras, foi a que obteve a maior taxa de crescimento demográfico entre 2018 e 2019 (6,35%), o que descortina os notórios efeitos da crise migratória venezuelana na cidade (IBGE, 2019).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontou que Boa Vista possuía população estimada de 375.400 em 2018. Esse número saltou para 399.200 no ano seguinte, representando aumento de 6,34%, ou cerca de 24.000 novos moradores na cidade (IBGE, 2019). Considerando a série histórica, entre 2017 e 2021, a população estimada em 332.020 habitantes em 2017 (IBGE, 2017) aumentou para 436.591 em 2021, com crescimento populacional de 31,5% em apenas quatro anos (IBGE, 2022a).

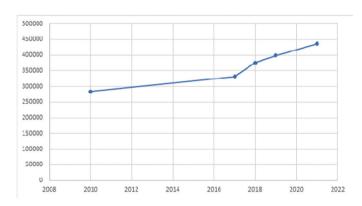


Gráfico 3 – População estimada de Boa Vista/RR entre 2010 e 2021 Fonte: IBGE, 2017; IBGE, 2019, IBGE, 2022a (organizado pelos autores)

Ao comparar a população inicial e final no período apresentado no **gráfico 3**, verifica-se no município um aumento demográfico de quase 80%. Sem dúvida, tal valor é muito elevado para qualquer cidade em pouco mais de uma década apenas. Assim, o repentino crescimento demográfico ocasionado pela chegada de imigrantes venezuelanos gerou impactos substanciais em diferentes setores da capital roraimense, com maior destaque para o setor de saúde.

A onda migratória que atingiu a cidade de Boa Vista provocou a saturação do atendimento ambulatorial e hospitalar, acarretando escassez de leitos, medicamentos e outros insumos hospitalares. Com efeito, o governo de Roraima decretou estado de calamidade na

saúde pública na capital e no município fronteiriço de Pacaraima (RORAIMA, 2019).

Cabe salientar que o sistema de saúde de Roraima apresentava deficiências significativas mesmo antes do movimento imigratório recente, como pode ser constatado no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 021.329/2013-3. Nesse relatório, são apresentadas fragilidades no sistema de saúde local em 2013 (BRASIL, 2013). Assim sendo, a situação, que já era complexa, foi agravada com o incremento dos atendimentos aos imigrantes.

Adicionalmente, houve o ressurgimento de casos de doenças infectocontagiosas até então erradicadas no país, como o sarampo, além de outros problemas sanitários associados ao estado de desnutrição de milhares de crianças venezuelanas que chegaram à Boa Vista.

No período de 2017 a 2019, houve um aumento da taxa de mortalidade infantil na capital de Roraima (IBGE, 2020), conforme pode ser constatado no **gráfico 4.** Tal aspecto criou, inicialmente, a percepção de que haveria uma correlação com a chegada dos imigrantes venezuelanos à cidade, uma vez que a já apresentada sobrecarga da capacidade de atendimentos médico-hospitalares estava em curso.

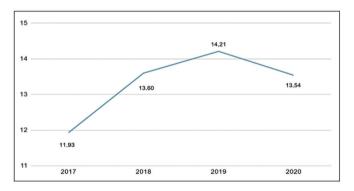


Gráfico 4 – Taxa de mortalidade em Boa Vista (óbitos por mil nascidos vivos)

Fonte: IBGE, 2020.

Ao analisar a série histórica da taxa de mortalidade infantil a partir de 2010, no entanto, pôde-se verificar um movimento cíclico de elevação seguido de redução, mantendo a mediana relativamente constante e

girando próximo aos 13 óbitos por 1.000 nascimentos, conforme o **gráfico 5**, onde os valores em azul representam a taxa de mortalidade infantil no ano e em vermelho a mediana. Diante de tal constatação, a ideia inicial foi refutada, pois, apesar de haver uma leve tendência de subida, a mediana ainda se encontra em valores próximos aos existentes antes de 2017.

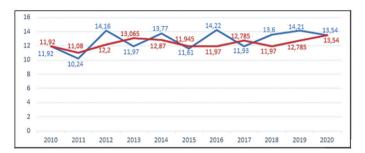


Gráfico 5 – Mortalidade e mediana entre 2010 e 2020 de Boa Vista (óbitos por 1.000 nascidos vivos)

Fonte: IBGE, 2020

Cabe ressaltar os impactos decorrentes da pandemia de COVID-19. O crescimento exponencial de casos, em especial entre os anos de 2020 e 2021, gerou uma sobrecarga ainda maior sobre o serviço de saúde de Boa Vista, figurando como mais um desafio diante do ingresso contínuo de imigrantes venezuelanos na capital roraimense.

Outro aspecto impactado em grande medida pela onda migratória foi o aumento do número de pesso-as em situação de vulnerabilidade, com destaque para crianças, idosos e famílias monoparentais (SILVA, 2022).

Ademais, o movimento migratório em direção à Boa Vista impactou o mercado laboral, impulsionando o aumento do número de desempregados, desalentados e de trabalhadores informais na capital. Segundo o IBGE (2019) *apud* DAPP-FGV (2020, p. 64), a taxa de desocupação em Roraima acompanhou os índices regional e nacional entre 2012 e 2015. Essa informação é relevante, pois a População Economicamente Ativa (PEA) do estado está concentrada na capital.

A taxa de desocupação em Roraima manteve-se abaixo da regional e da nacional em 2016, seguindo com crescente aumento a partir de 2017, chegando a superá-las em 2018, como pode ser visto no **gráfico 6.**

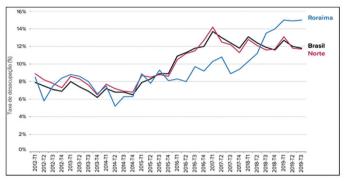


Gráfico 6 – Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte e Roraima, 2012-T1 a 2019-T3

Fonte: IBGE, 2019 apud DAPP-FGV, 2020

Nesse ínterim, a taxa de desocupação de 10,5% no 1º trimestre de 2018 saltou para 19,0% no 3º trimestre de 2020 (IBGE, 2022b). Além disso, houve expressivo aumento do trabalho informal relacionado à dificuldade inicialmente enfrentada pelo imigrante para regularizar sua permanência no país e para revalidar diplomas e certificados profissionais, condição *sine qua non* para a obtenção de uma vaga de emprego com carteira assinada que seja compatível com o grau de qualificação do imigrante.

O nível de desocupação em Roraima continuou crescente até atingir seu ápice no terceiro trimestre de 2020, seguido de acentuada redução até o segundo trimestre de 2022, como pode ser visto no **gráfico 7**.

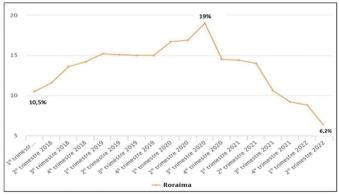


Gráfico 7 – Taxa de desocupação (PNAD contínua trimestral – Ro-

Fonte: IBGE, 2022b

Do exposto, infere-se que a melhoria na situação de empregabilidade de Roraima coincide com o período de implementação da política de interiorização, capacitação e geração de empregos no escopo da Operação Acolhida.

Considerações finais

Com base nos aspectos e dados apresentados, é possível constatar que a crise humanitária que acomete a Venezuela e o consequente incremento do fluxo dos seus nacionais que adentram o território brasileiro é um desafio para o Brasil, para o Estado de Roraima e, em particular, para a cidade de Boa Vista.

Pode-se inferir que, em razão da proximidade e facilidade de acesso dos venezuelanos que buscam refúgio e novas oportunidades de vida, a capital roraimense vem sendo fortemente impactada, notadamente na expressão psicossocial.

Também se pode concluir que Boa Vista não possuía capacidade para receber um fluxo migratório de tamanha proporção, criando impactos significativos decorrentes dessa dinâmica migratória, a saber: na demografia, aumento populacional repentino; na saúde, saturação da capacidade de atendimentos nas unidades de saúde e elevação dos índices de doenças infectocontagiosas; na habitação e condições de vida, aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade; no mercado laboral, aumento dos índices de desemprego; entre outros.

A principal consequência percebida em decorrência do repentino fluxo migratório foi a sobrecarga na capacidade dos governos municipal e estadual em manter os serviços disponíveis em Boa Vista. Por essa razão, foi necessária a atuação do Estado brasileiro, consubstanciada na Operação Acolhida, com reflexos positivos no campo social.

A referida operação permitiu a reorganização da capital de Roraima, por meio da criação de abrigos temporários e da prestação de serviços, que vão desde a realização de triagem, passando pela emissão de documentos, regularização da situação migratória junto à Polícia Federal e prestação de assistência alimentar, médica, odontológica e vacinação. Além disso, por meio da operação, foi criado um canal entre possíveis

empregadores e os imigrantes, favorecendo a interiorização voluntária com o transporte para locais onde há oferta de emprego.

Outrossim, a partir de 2020, a abertura de novos postos de trabalho em Boa Vista, concomitante com a interiorização da força de trabalho de imigrantes venezuelanos para outras localidades pela Operação Acolhida, contribuiu para a contínua redução da taxa de desocupação, atingindo 6,2% no 2º trimestre de 2022.

Por fim, o êxito alcançado pela Operação Acolhida foi resultante do trabalho interagências, capitaneado

pelo governo federal, sob coordenação da Casa Civil em uma ação interministerial envolvendo Defesa, Saúde, Justiça, entre outros. Somam-se aos já citados órgãos, os demais entes federativos e relevantes organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), além de diversas organizações não governamentais (ONG). Dessarte, a sinergia de esforços desses atores tem se refletido na reversão do panorama social caótico que se instaurou em Boa Vista, evidenciando a eficácia da resposta à problemática tratada neste estudo.

Referências

ÁLVAREZ, Juan Fernando. Apuntes para identificar causas y características de la migración de venezolanos a Colombia. **Migrações Venezuelanas**, p. 141-145. Unicamp: 2018. Disponível em: < https://www.nepo.unicamp.br/publicaco-es/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf >. Acesso em: 19 jun 2022.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de; SALES, Alberone Ferreira Gondim; SOUZA, Iara Leão Luna de. **Reflexos da imigração venezuelana na assistência em saúde no maior hospital de Roraima**: análise qualitativa. Saúde e Sociedade. 2020, vol. 29, n. 2, e190730. Disponível em: < https://old.scielo.br/pdf/sausoc/v29n2/1984-0470-sausoc-29-02-e190730.pdf >. Acesso em: 30 set 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Interiorização**. Publicado em 29 nov 2021. Atualizado em 16 ago 2022. Disponível em: < https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/copy_of_base-legal-1/interiorizacao >. Acesso em: 14 set 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema de refúgio brasileiro: Desafios e perspectivas. **Refúgio em números 1ª edição**. CONARE. Brasília: 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio em numeros-1e.pdf >. Acesso em: 17 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números 2ª edição**. Brasília: 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_em_numeros-2e.pdf >. Acesso em: 17 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Refúgio em números 3ª edição.** Brasília: 2018. Disponível em: < https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_em_numeros-3e.pdf >. Acesso em: 19 jun 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números 4º edição.** Brasília: 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_em_numeros-4e.pdf >. Acesso em: 19 jun 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União: **Saúde pública em Roraima enfrenta dificuldades "acentuadas", aponta TCU.** Brasília, DF, 9 out 2013. Disponível em: < https://tcu.jusbrasil.com.br/noticias/111988884/saude-publica-em-roraima-enfrenta-dificuldades-acentuadas-aponta-tcu >. Acesso em: 18 set 2022.

DAPP, FGV. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano:** evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf > . Acesso em: 22 nov 2022.

FRANCHI, Tássio. Operação Acolhida: a atuação das Forças Armadas Brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos. **Military Review**, v. 1, p. 1-13, jan 2019. Disponível em: < https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/ Online%20Exclusives/Franchi-operacao-acolhida-a-atuacao-das-forcas-armadas-brasileiras-no-suporte-aos-deslocados-venezuelanos- Jan-2019-1.pdf >. Acesso em: 6 jun 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017 >. Acesso em: 17 nov 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019.** Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-popula-cao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 17 nov 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. **Boa Vista: Taxa de Mortalidade Infantil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/boa-vista.html >. Acesso em: 29 set 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama: Boa Vista/RR**. Rio de Janeiro: 2022a. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama >. Acesso em: 17 nov 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego tem queda em 22 Estados no 2º trimestre de 2022**. Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Editoria: Estatísticas Sociais – Caio Belandi. 12 ago 2022. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34643-desemprego-tem-queda-em-22-estados-no-2-trimestre-de-2022 >. Acesso em: 29 set 2022.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS Y SOCIALES (IIES). Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2021: indicadores sociales. Universidad Católica Andrés Bello. Caracas: 2021. Disponível em: https:// insoencovi.ucab.edu.ve/>. Acesso em: 16 jun 2022.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Refúgio em Números 7ª Edição**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/RefugioemNumeros.pdf>. Acesso em: 20 jun 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). **Venezuela facts and figures.** Viena, 2022. Disponível em: < https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/171.htm >. Acesso em: 6 jun 2022.

RORAIMA. Decreto nº 26.577-E, de 24 de fevereiro de 2019. **Decreta estado de calamidade na Saúde Pública do Estado de Roraima, em face da crise humanitária e violência na Venezuela impactando o serviço de saúde nos hospitais do Estado localizados nos municípios de Pacaraima e Boa Vista.** Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista, ed. 3425, p. 2, 25 fev 2019. Disponível em: < https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos_Estaduais/2019/26.577-e.pdf >. Acesso em: 30 set 2022.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números 5ª Edição.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: < https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros >.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números 6ª Edição**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: < https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros >. Acesso em: 20 jun 2022.

SILVA, João Carlos Jarochinski. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida:** uma análise à luz da resposta humanitária brasileira. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR; 1. ed. Brasília: 2022. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/06/ACNUR-Brasil-Antes_e_depois_da_Operacao_Acolhida-1.pdf >. Acesso em: 20 set 2022.